

O processo de senhoriação do sul de Portugal no século XV. O caso do Alentejo

André Madruga Coelho¹
Universidade de Évora

Resumo

Com este projeto procuro compreender o processo pelo qual o sul do reino de Portugal, nomeadamente a região conhecida como Alentejo, testemunhou a constituição de áreas de domínio senhorial durante o final da Idade Média, em especial depois da ascensão ao trono da dinastia de Avis, e o seu significado para a cultura política da monarquia portuguesa tardo-medieval. Para isto, procuro conhecer a distribuição geográfica destas áreas; a natureza dos poderes jurisdicionais e direitos outorgados; identificar os recetores destas doações e confirmações feitas pelo rei; bem como a relação entre a formação e consolidação destas áreas e a aquisição de património. Ao mesmo tempo, tenciono analisar as mudanças na rede e relações entre os poderes locais da região. Finalmente, a comparação do caso do Alentejo com outras regiões de Portugal e da Península Ibérica, como Castela e Aragão, pode ajudar a compreender melhor as singularidades ou paralelos do Alentejo relativamente às regiões circundantes.

Palavras-chave

Senhorialismo; poder régio; cultura política medieval; Alentejo

Abstract

With this project I aim to understand the process by which the south of the Kingdom of Portugal, namely the region known today as Alentejo, witnessed the constitution of areas of seigniorial domain during the Late Middle Ages, especially after the ascension to the throne of the dynasty of Avis, and its meaning for the political culture of late medieval Portuguese monarchy. For this, I seek to know the geographic distribution of these areas; the nature of the jurisdictional powers and rights granted; to identify the receivers of these donations and confirmations made by the king; as well as the relation between the formation and consolidation of these areas and the acquisition of property. At the same time, I intend to analyze the changes in the network and relations between the local powers of the region. Finally, the comparison of the case of Alentejo with other regions of Portugal and the Iberian Peninsula, such as Castile and Aragon, may help to a better understanding of the singularities or parallels of Alentejo relatively to its surrounding regions.

Keywords

Seigniorialism; royal power; Alentejo; medieval political culture

APRESENTAÇÃO DO TEMA – A GÉNESE DO PROJETO

A opção pelo desenvolvimento de um projeto de doutoramento sobre senhorialismo, numa região grosso modo correspondente ao atual Alentejo, pode ser entendida como um prosseguir lógico nas temáticas que tenho vindo a aprofundar nestes anos de arranque do meu percurso académico. Já durante a condução da investigação que culminou na minha dissertação de mestrado,² a criação de senhorios no espaço mencionado constituiu um dos problemas centrais da análise. Nesse trabalho, que tem como âmbito mais alargado o estudo das elites urbanas medievais portuguesas nas centúrias finais do período medieval, foco a observação na linhagem

¹ Bolseiro de doutoramento no Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global, referência PD/BD/113903/2015, e investigador no CIDEHUS-UE - UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702).

² André Madruga Coelho, “As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (séc. XIII-XV)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2015). Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14996> [consultado a 25-10-2016].

eborense dos Lobo, entendida como caso paradigmático das estratégias e mecanismos de consolidação e reprodução do estatuto político e social entre essas elites.

Se a constituição de um senhorio jurisdicional em torno das vilas de Alvito e Vila Nova, por doação de D. João I em 1387, representa uma etapa de singular importância no percurso da linhagem, a sua manutenção e evolução levanta uma série de questões que, de certa forma, estão na génese deste projeto de doutoramento. À doação inicial, D. Afonso V acrescentou as vilas de Aguiar e de Oriola, em reconhecimento pela participação dos senhores de Alvito ao seu lado na batalha de Alfarrobeira em 1449. Vilas essas que, por seu turno, haviam sido confiscadas a apoiantes do infante e regente D. Pedro, duque de Coimbra, derrotado na batalha, aspeto que igualmente deve ser assinalado. Mais tarde, mais uma vez em reconhecimento pelo serviço prestado pelos Lobo, neste caso com a tónica a ser colocada na presença nas guerras no Norte de África, permitiu-se que uma mulher, Maria de Sousa, sucedesse na posse do senhorio, apesar das determinações da Lei Mental.

Para começar, a criação do senhorio de Alvito não é um caso excepcional; representa, na verdade, um processo mais alargado que, não obstante já se verificar nos reinados anteriores, parece adquirir novo fôlego a partir da subida ao trono da dinastia de Avis em 1385 e que sofre várias condicionantes consoante as conjunturas políticas de Quatrocentos. Fenómeno que, portanto, se processa num entrelaçar de estruturas e conjunturas, constatação que conduz à formulação da pergunta matricial em que este projeto de doutoramento se alicerça – o que significou a criação de senhorios para a cultura política portuguesa de final da Idade Média?

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO – O *PORQUÊ* DESTE PROJETO

Neste ponto, não pretendo apresentar uma revisão exaustiva da literatura disponível sobre a problemática em questão; em vez disso, centro-me numa amostra bibliográfica que me parece representativa das principais tendências nas últimas décadas. Assim, procuro demonstrar a pertinência deste projeto de doutoramento, que visa suprir uma lacuna na historiografia medievalística portuguesa. Embora, na verdade, o senhorialismo não se encontre de todo ausente dos trabalhos existentes sobre o Alentejo medieval, a sua interpretação tem sido feita no âmbito de outras temáticas, sem que fosse analisado por si enquanto processo condicionador do espaço e da sociedade.

Como ilustração disto, veja-se a única síntese disponível sobre a evolução do povoamento transtagano entre os séculos XII e XIII, da autoria de Stéphane Boisselier,¹ na qual o autor aborda a senhorialização enquanto um de entre vários elementos que contribuíram para a constituição e identidade dos territórios do Sul após a conquista e ocupação cristã. Apesar da abrangência cronológica do trabalho, Boisselier dedica maior atenção à senhorialização do século XIII, sem que tome em conta as conjunturas que condicionaram a criação desses domínios, a sua evolução ou as assimetrias de distribuição geográfica. Em suma, efetua uma leitura pouco aprofundada que não deixa transparecer a complexidade das dinâmicas envolvidas neste fenómeno histórico.

Ainda num plano de análise regional, importa referir dois artigos particularmente relevantes para a reflexão sobre a inserção da criação de domínios senhoriais em processos estruturais mais alargados que marcam a Idade Média no Alentejo. No primeiro destes artigos, publicado por Bernardo Vasconcelos e Sousa em 1988, realiza-se uma leitura diacrónica sobre “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV),”² a qual, dadas as limitações na

¹ Stéphane Boisselier, *Le peuplement medieval dans le sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XII^e-XV^e siècles* (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003).

² Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV)”, *Economia e Sociologia* 45/46 (1988): 21-29.

bibliografia existente ao tempo, se converte simultaneamente num ponto de situação relativo aos estudos até aí feitos sobre a região. Cerca de uma década mais tarde, um novo artigo sobre “Elites sociais e apropriação do espaço no Além Tejo na Idade Média”, desta vez de autoria conjunta,¹ problematiza a articulação entre o território e a formação de grupos sociais e os mecanismos empregues para o controlo do espaço e a constituição de património. Em ambos os trabalhos se refere a senhoriação dentro dos quadros de aquisição de património e de exploração económica do espaço, tópico da maior importância para a compreensão de algumas das características estruturais do Alentejo.

Tal como mencionei, o senhoriação não está omisso dos estudos que têm vindo a ser feitos sobre o Alentejo nos últimos anos. Sejam grupos nobiliárquicos, sejam ordens militares, o senhoriação tem vindo a ser abordado enquanto componente fundamental do poder destas entidades, essencial para o capital social dos primeiros e capacidade administrativa e judicial dos segundos, fonte de rendimentos para ambos. Estas são obras imprescindíveis, tanto de um ponto de vista teórico como de uma perspectiva prática, pois, ainda que por vezes sejam circunscritas nas conclusões e interpretações avançadas, constituem pontos de partidas incontornáveis para a investigação, fornecendo indicações relativas a fontes e a bibliografia.

Sobre nobreza e elites, destaco as monografias de Mafalda Soares da Cunha sobre a casa de Bragança;² de Sebastiana Lopes Pereira sobre o infante D. Fernando³ e de Maria Odete Martins sobre D. Beatriz,⁴ duquesa de Beja; de José Pavia Cumbre sobre os Melo;⁵ de Joaquim Bastos Serra sobre a oligarquia camarária de Évora⁶ e de Maria João Monteiro Domingues sobre o grupo dirigente de Montemor-o-Novo;⁷ e a minha própria dissertação de mestrado sobre os Lobo. Quanto às ordens militares, estas foram objeto de trabalhos defendidos nas últimas décadas, tanto aquelas com maior implementação no Alentejo, isto é, Avis e Santiago, estudadas numa vertente institucional por Maria Cristina Pimenta⁸ e de composição social por Luís Filipe Oliveira,⁹ como para Cristo¹⁰ e Hospital,¹¹ também presentes na região, ainda que de forma menos expressiva.

¹ Filipe Themudo Barata, Maria Filomena Barros, Fernando Branco Correia, Hermenegildo Fernandes, Manuela Santos Silva e Hermínia Vilar, “Elites sociais e apropriação do espaço no Além-Tejo na Idade Média”, *Ler História* 40 (2001): 7-42.

² Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentes e poder. A casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990).

³ Sebastiana Lopes Pereira, “O infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997).

⁴ Maria Odete Martins, “Poder e sociedade. A duquesa de Beja” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011).

⁵ José Pavia Cumbre, *Os Melo. Origens, trajetórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV)* (Lisboa: Tribuna da História, 2007).

⁶ Joaquim Bastos Serra, “Governar a cidade e servir o rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2015).

⁷ Maria João Monteiro Domingues, “Uma concelhia no Alentejo quatrocentista: a administração municipal de Montemor-o-Novo” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008).

⁸ Maria Cristina Pimenta, “A ordem militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)”, *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997): 129-246; e Maria Cristina Pimenta, “As ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge”, *Militarium Ordinum Analecta* 5 (2001): 7-600.

⁹ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (s.l. Universidade do Algarve, 2009).

¹⁰ Isabel Sousa e Silva, “A ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997): 9-128; e Eduardo Filipe Monteiro, “O património da ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014).

¹¹ Paula Pinto Costa, “A ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade” *Militarium Ordinum Analecta* 3/4 (200).

Igualmente relevantes são as monografias sobre concelhos e instituições urbanas do Alentejo que, embora nem sempre estejam diretamente relacionadas com o senhorialismo, dão indicações sobre os grupos urbanos e os seus interesses, possíveis motivos de reação à senhorialização. Para mais, as áreas de domínio senhorial foram criadas na confluência ou mesmo sobreposição destas estruturas, pelo que importa perceber a dinâmica que marcou a sua relação. Relativamente a concelhos, realço a tese de Maria Ângela Beirante sobre Évora;¹ as dissertações de Hermenegildo Fernandes sobre Beja,² de Fernando Branco Correia sobre Elvas³ e de António João Valério sobre Alvito;⁴ e, por fim, o trabalho de Jorge Fonseca sobre Montemor-o-Novo.⁵ De entre estes concelhos, a realidade eborense é a que tem merecido maior atenção. Da bibliografia disponível refiro os estudos sobre as confrarias medievais, espaços privilegiados para surpreender os interesses das elites urbanas, estudadas na sua composição sociológica por Ana Sofia Cláudio⁶ e a nível patrimonial por Bernardo Vasconcelos e Sousa.⁷ Por fim, menção para a tese de Hermínia Vilar sobre a diocese de Évora entre os séculos XII e primeiras décadas do XV,⁸ em especial a sua composição social e formação do espaço de poder, instituição que apesar de ultrapassar o seu contexto urbano e local para ganhar uma abrangência regional, não deixa de ter uma íntima ligação com a cidade e restantes núcleos urbanos que lhe servem de base.

Por seu turno, alguns trabalhos sobre conjunturas políticas do reino de Portugal também abordam as doações e confirmações de jurisdições e direitos senhoriais, ou o seu confisco, tal como a distribuição de património, em articulação com os contextos políticos que os motivaram, deixando aberta a possibilidade de formular novas interpretações a partir desses dados. Mais uma vez a título de exemplo, cito as teses de doutoramento de Valentino Viegas sobre a crise dinástica de 1383-1385⁹ e de Humberto Baquero Moreno sobre a regência do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e a batalha de Alfarrobeira.¹⁰

Finalmente, devo referir alguns trabalhos que servem de inspiração para os pressupostos teóricos que sustentam este projeto. Trabalhos que, em linhas gerais, encaram a concessão de poderes e direitos senhoriais não como uma simples alienação de poderes, mas antes como uma tentativa de integração e reunião de apoios, criando uma variedade de relações de solidariedade e dependência próprias das conceções medievais sobre a organização da sociedade e do poder. Em primeiro lugar, refiro o artigo de Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues sobre a criação de títulos

¹ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: FCG/JNICT, 1995).

² Hermenegildo Fernandes, *Organização social do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993).

³ Fernando Branco Correia, *Elvas na Idade Média* (Lisboa: CIDEHUS-UÉ/Edições Colibri, 2013).

⁴ António João Valério, “Alvito – O Espaço e os Homens (1251-1640). Subsídios para a História de uma vila alentejana”, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993).

⁵ Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV* (Montemor o Novo: Câmara Municipal, 1998).

⁶ Ana Sofia Cláudio, “São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2001).

⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Lisboa: INIC/CH-UNL, 1990).

⁸ Hermínia Vilar, *As dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999).

⁹ Valentino Viegas, “Uma revolução pela independência nacional nos finais do século XIV” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996).

¹⁰ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, sep. da Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques IV, série B (1973).

nobiliárquicos durante a dinastia de Avis.¹ Os autores consideram este processo não como uma forma de alienação de atributos sociais, mas sim enquanto meio de reorganização do espaço social pela monarquia e de reestruturação do domínio social da nobreza; isto é, como processo que interessa tanto a uma monarquia que procura reforçar a sua autoridade como a uma nobreza em mutação. Esta noção assemelha-se na essência às premissas que alicerçam o conceito de *bastard feudalism*, termo recuperado para o caso inglês na década de 1940 por K. B. McFarlane² e que coloca a tónica no serviço como contrapartida para a obtenção de prestígio e influência. Na verdade, as ideias na base do termo *bastard feudalism* podem ser associadas às críticas feitas à própria noção de *feudalismo*, como é feito por Susan Reynolds em *Fiefs and Vassals*,³ onde a autora alerta para a variedade de relações sociais que o termo encerra e que nem sempre exigem a sua materialização na outorga de bens patrimoniais.

ENQUADRAMENTO ESPACIAL E TEMPORAL – O ONDE E QUANDO DESTE PROJETO

É chegado o momento de me deter nas duas coordenadas fundamentais para qualquer investigação histórica – o espaço e o tempo –, elas próprias condicionantes da observação e da interpretação. Neste ponto, não são secundárias as considerações tecidas por García de Cortázar em 1985⁴ sobre a íntima relação entre espaço e sociedade e a forma como se encontram em constante mudança em si mesmos e nos efeitos que mutuamente exercem sobre si.

A adoção do Alentejo como cenário do estudo assume como fundamental a constatação da crescente centralidade que a região adquiriu desde a subida ao trono da dinastia de Avis no final do século XIV até às primeiras décadas do século XVI. Esse destaque é perceptível nas itinerâncias e estadias do rei e da corte; se, durante a primeira dinastia, o espaço preferencial de deslocação do monarca se orientava em torno do eixo Lisboa-Santarém-Coimbra, a partir de D. João I este altera-se progressivamente para o eixo Lisboa-Santarém-Évora, tendência mais expressiva nos reinados de Afonso V e João II, existindo, todavia, diferenças no seio da própria região. A presença do monarca neste espaço não poderia deixar de influenciar as estruturas sociais, políticas e económicas locais, elemento que aliás se constata na promoção social de algumas famílias da elite de Évora durante este período, feita em grande medida através de funções no serviço régio.

É neste contexto que procuro ler o processo de senhorialização do Alentejo, numa tentativa de avaliar a forma como a criação de senhorios pode ser inserida numa lógica de integração e reorganização de um espaço até então periférico. Espaço esse que, para os propósitos deste projeto, corresponde grosso modo ao atual Alentejo, ou, mais precisamente, à área compreendida no interior da sobreposição dos limites da comarca de Entre Tejo e Odiana e da diocese de Évora, limitado a norte pelo rio Tejo e a sul pela serra algarvia, estendendo-se da margem esquerda do Guadiana até ao litoral. Quanto à península de Setúbal, ainda que segundo estes critérios se encontre incluída no Alentejo, apenas será considerada na análise enquanto principal base da ordem de Santiago, uma vez que a sua lógica organizativa depende já mais da influência da proximidade de Lisboa que da partilha de características comuns com o Alentejo.

Quanto ao enquadramento cronológico do projeto, procuro que este seja suficientemente abrangente para que abarque uma série de conjunturas que possibilitem a perspetivação da senhorialização do Alentejo enquanto processo

¹ Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia” *Revista de História Económica e Social* 22 (janeiro-abril, 1988): 77-114.

² K. B. McFarlane, “Bastard Feudalism”, in *England in the Fifteenth Century*, Introdução de G. L. Harris, 23-43 (Londres: The Hambledon Press, 1981).

³ Susan Reynolds, *Fiefs and Vassals* (Oxford: Univeristy Press, 1994).

⁴ J. A. García de Cortázar et al., *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV* (Barcelona: Editorial Ariel, 1985): 11-41.

dinâmico, aceitando a existência de avanços e recuos no tempo, isto é, de flutuações na criação e manutenção das áreas de domínio senhorial. Assim, o período considerado compreende o contexto da subida ao trono de D. João I em 1385 após uma crise dinástica, seguida das oposições internas que culminaram na batalha de Alfarrobeira em 1449, sem negligenciar as campanhas militares no Norte de África e as relações com Castela, até aos reinados de D. Afonso V e de D. João II e das suas políticas e estratégias de reforço do poder régio. Conjunturas políticas que, por sua vez, influenciaram e foram influenciadas por mudanças estruturais.

No entanto, apesar de o estudo se centrar numa determinada região numa dada temporalidade, para a compreensão das características e condicionalismos deste processo é necessário alargar a observação. Neste sentido, o método comparativo, tanto no espaço como no tempo, revela-se da maior utilidade. No tempo, pois a criação de senhorios no Alentejo não foi exclusiva do século XV, assistindo-se já nos séculos anteriores, tanto no que respeita às ordens militares e a senhorios laicos, pelo que se deverá questionar que condições permitiram a perdurabilidade dos senhorios quatrocentistas relativamente à efemeridade dos anteriores; e no espaço, pois a comparação com regiões de senhorialização mais antiga do reino de Portugal, nomeadamente o Entre-Douro-e-Minho e, não menos importante, com regiões de Castela na proximidade do Alentejo, como são a Extremadura e a Andaluzia, permite perceber as singularidades ou continuidades da senhorialização alentejana, integrando-a no quadro da senhorialização ibérica.

PROBLEMAS, HIPÓTESES E OBJETIVOS – O *QUÊ* DESTE PROJETO

Antes de me deter nas interrogações que orientam a investigação, importa determinar o que se compreende por *senhorialismo* e *senhorialização*, com vista a aclarar e delimitar aquele que, na verdade, é o objeto central do projeto. Em *A Identificação de um País*, José Mattoso afirma ser “demasiado grosseiro” reduzir o senhorialismo à sua dimensão económica, alertando para a necessidade de acentuar o seu carácter político; nas suas palavras, “... o senhor é não apenas o proprietário da terra e dos outros meios de produção, mas também o detentor da autoridade e do poder nos domínios militar, judicial, fiscal e, chamemos-lhe assim, legislativo”.¹ Ainda que o autor se reporte para o Entre-Douro-e-Minho entre os séculos XI e início do XIV, o que obriga a relativizar a aplicação desta definição a outras geografias e cronologias, o essencial da noção de senhorialismo encontra-se presente nestas linhas. Por outras palavras, o senhorialismo pode dividir-se em duas esferas: por um lado, de poder, ligado à aplicação da justiça e a funções militares; por outro, económico e tributário, concernente ao direito de cobrança de tributos e coimas.

A obtenção de uma destas capacidades pelo senhor não implica a posse de todas; por exemplo, a capacidade de arrecadação de rendas e tributos não significa o exercício de jurisdições, e mesmo quando estas podem ser exercidas, o senhor não detém o total do poder, sendo comum que o rei reserve para si a última instância de justiça nas doações tardo-medievais. Outra diferença entre a definição de José Mattoso e a realidade do século XV prende-se com a relação entre posse de património e senhorio, a qual nem sempre se verifica no final da Idade da Média. Posto isto, a análise da natureza do poder senhorial exercido no Alentejo neste período é ela mesma uma das finalidades deste projeto. Já com o termo *senhorialização*, reporto-me ao processo de doação, com origem no rei, e de apropriação de poderes e direitos de carácter senhorial, através do qual se criam áreas de domínio e influência por parte de diferentes senhores.

Quanto às hipóteses e objetivos deste projeto, a sua formulação parte do reconhecimento da complexidade da temática em análise. O escrutínio das dinâmicas envolvidas no processo de senhorialização obriga a que a observação seja feita através de vários ângulos, numa tentativa de a tornar o mais ampla possível. O preenchimento

¹ José Mattoso, *A Identificação de um País*, I (Lisboa: Editorial Estampa, 1995): 82-83.

do inquérito de base torna necessário o desdobramento da análise em vários níveis que, articulados entre si, fornecem os elementos essenciais para a elaboração das respostas.

De modo geral, o questionário desenvolve-se em torno de quatro perguntas principais e que podem possibilitar que o tema deste projeto dê o seu contributo para debates históricos mais alargados:

- Qual o significado da senhoriação na cultura política portuguesa de final da Idade Média?
- Terá a senhoriação do Alentejo representado um instrumento periférico de governação?
- Que efeito teve a senhoriação do Alentejo na reestruturação do domínio social da nobreza?
- Que efeito teve a senhoriação do Alentejo na redefinição da rede de poderes da região?

Para começar, é importante analisar as justificações dadas para a outorga e confirmação de poderes e direitos de carácter senhorial, ou mesmo de outras doações registadas na chancelaria régia. A compreensão da argumentação utilizada na documentação medieval possibilita o seu enquadramento nos quadros teóricos, nas práticas políticas e nas conceções sociais da época. Por exemplo, é recorrente a referência ao “bom serviço” prestado ao rei pelo destinatário do diploma e a obrigação de “bom senhor” do monarca em o galardoar por isso; fórmulas que, mais que manifestações de um discurso cada vez mais burocrático e padronizado, revelam um entendimento da sociedade e das relações que a estruturam e que interessa aprofundar e problematizar.

Por outro lado, se estas justificações podem ser apresentadas pela positiva, como recompensa pelo “bom serviço”, com frequência é possível surpreender nas entrelinhas o contrário, isto é, a menção daqueles que viram poderes, direitos e bens serem confiscados pelo “mau serviço”, normalmente associado ao apoio dado a forças de oposição ao rei. É o que acontece no contexto da crise dinástica de 1383-1385 ou dos anos seguintes ao fim da regência do infante D. Pedro em meados do século XV, em que o monarca vencedor retira bens e direitos a quem a ele se opôs para depois redistribuir entre os seus apoiantes; recorde, entre outros casos a que poderia aludir, a constituição de um vasto domínio senhorial nas mãos de D. Nuno Álvares Pereira após o seu papel na subida ao trono da dinastia de Avis. Elementos que permitem discutir o significado destas doações – se constituem uma alienação de poderes ou, pelo contrário, um meio de integração de grupos.

Ou seja, a averiguação das motivações que estiveram na origem destas doações e confirmações permite estabelecer uma ponte com o próximo tópico – o da identificação e caracterização dos detentores de domínios senhoriais. Identificação que se inicia pela distinção entre os senhorios das ordens militares e os senhorios nobiliárquicos. No que respeita a estes últimos, a análise incide sobre o seu percurso, determinando os momentos em que foram recetores da graça régia e, relacionando com os parágrafos anteriores, os motivos que explicam essas doações pelo monarca. A intenção será perceber em que medida a senhoriação fez parte dos mecanismos de consolidação, manutenção e reprodução do estatuto destas linhagens e para a sua integração e constituição de redes de solidariedade horizontais e verticais. Em última análise, num período em que o *serviço régio* era cada vez mais um fator de distinção no interior das próprias elites, irei inferir a forma como a senhoriação do Alentejo contribuiu para a reorganização do espaço social em torno da figura do monarca enquanto confirmante de estatuto, e do significado disto na reestruturação do domínio social da nobreza.

Quanto às ordens militares, em especial Avis e Santiago, aquelas com maior implantação no Alentejo, desde o final do século XIV que se deteta a sua entrada na esfera de influência da monarquia. Este processo é normalmente percebido na nomeação de figuras próximas do rei e da família real para a ocupação dos mestrados das ordens; a título de exemplo, recorde-se que o rei D. João I foi mestre da ordem de Avis antes de subir ao trono em 1385 e que o mestrado de Santiago foi detido pelo infante D. João, seu filho, depois sucedido por D. Diogo, seu neto. Embora a presença

das ordens militares a sul do Tejo seja antiga e se verifique desde a guerra contra o Islão e a conquista e ocupação cristã do território, na qual desempenharam um papel fundamental, procuro avaliar até que ponto o progressivo controlo das ordens militares pela coroa ao longo do século XV teve efeito sobre os poderes senhoriais de que eram detentoras, seja no âmbito da justiça, seja no tributário.

Aqui, relembro a afirmação que fiz no início deste ponto, de que o estudo da natureza e exercício dos poderes e direitos senhoriais no Alentejo quatrocentista é por si mesmo um dos objetivos do projeto. Este esforço é imprescindível para o entendimento das mudanças ocorridas nas áreas de domínio senhorial mais antigas, como é o caso dos senhorios das ordens militares, e das condicionantes colocadas nas novas criações relativamente a processos anteriores, bem como das próprias assimetrias existentes no século XV. Logo para começar, na duração da posse do que é doado, umas apenas outorgadas durante uma vida e outras transmissíveis aos herdeiros, mas igualmente na capacidade de aplicação da justiça. O rei é a origem última do poder, é ele quem faz doação da potestade e é junto dos novos monarcas que esta deve ser confirmada, reservando para si as alçadas e correições, a última instância de justiça. Este é o plano da normativa que precisa ser verificado nas vicissitudes concretas, mas que pode ser reflexo de uma intenção de montar estratos intermédios de poder, na posse de indivíduos cuja posição depende do rei e que por isso atuam, teoricamente, em sua representação.

Geralmente, as concessões de poderes e direitos senhoriais não incluíam a doação de património; ainda assim, é importante perceber se existe relação entre os dois elementos. Colocando de outra forma, se a doação de senhorios tem em conta a existência prévia de património ou se a aquisição é feita posteriormente. É uma questão difícil de deslindar pelas características das fontes, tantas vezes omissas sobre estes assuntos, mas que pode ser abordada para alguns casos. Para certas linhagens, a vinculação de bens através da fundação de morgados representou um passo importante na reprodução das bases do estatuto social, pelo que, nos casos em que seja possível, estabelecer a correspondência entre a localização desse património e as áreas de domínio social lançará luz sobre o nível de territorialização de algumas linhagens.

A criação e evolução de domínios senhoriais no Alentejo no decorrer do século XV foram feitas no meio de uma malha de poderes já existentes: concelhios, religiosos, tanto seculares como regulares, e mesmo senhoriais, nomeadamente as ordens militares de Avis e Santiago. A confluência e por vezes sobreposição entre áreas de influência de várias entidades sem dúvida motivaram a interação entre elas, pautadas pela colaboração ou oposição. Para perceber o efeito que a senhoriaização teve sobre este mapa político e institucional, é forçoso que se observe a participação dos senhores nesses meios, seja de forma direta ou indireta, e da reação das próprias instituições locais e regionais a esse processo, numa leitura que subentende o conhecimento dos interesses em jogo para os protagonistas dessas relações. Por exemplo, para compreender o discurso dos procuradores dos concelhos perante o rei nas reuniões de cortes, é fundamental que se tenha uma noção de quem compunha os órgãos governativos dos mesmos. Do mesmo modo, é fundamental atentar nas relações entre os vários senhores, também elas com frequência conturbadas, como aconteceu entre os Melo, senhores de Água de Peixes, e os Lobo, senhores de Alvito; duas áreas limítrofes e que chegaram mesmo a estar na origem de confrontos entre as populações de ambos os senhorios, a ponto de provocar a intervenção direta do rei D. Afonso V; sem resultado, pois o senhor de Alvito ignorou as sentenças emitidas e a convocatória para comparecer junto do monarca.

Por fim, a moldura cronológica adotada para o projeto permite ainda colocar o seu objeto de estudo numa perspetiva comparativa com o que se passa pela mesma época noutras geografias da Europa ocidental. Não é apenas em Portugal que o século XV é marcado por conflitos internos, guerras civis e momentos de mudança de dinastias: Castela vê a subida ao trono dos Trastámaras ainda no século XIV e as convulsões internas entre grupos sociais e comunidades pela preeminência ao longo de Quatrocentos; por seu turno, em Aragão a coroa é entregue em 1412 a um membro dos

Trastâmaras, Fernando de Antequera, antes regente de Castela; e mesmo em Inglaterra, Richard II é substituído por Henry IV Bollingbroke e as tensões crescentes desembocam no conjunto de conflitos genericamente designados por Guerra das Rosas e na alternância entre Lancaster e York no trono até à vitória de Henry Tudor. Esta visão alargada permite a tentativa de enquadrar o que se passa em Portugal num cenário mais alargado, numa conjuntura particularmente favorável ao reposicionamento de lealdades, da ocorrência de casos de mobilidade social e da adoção de estratégias com vista a garantir o controlo sobre o espaço e os homens. Para mais, estando em causa monarquias que estabelecem contactos entre si, seja através de alianças matrimoniais, seja pelos périplos de algumas personagens, com as deslocações pela Europa do infante D. Pedro, duque de Coimbra e futuro regente de Portugal.

Por seu turno, o plano provisório de trabalho procura arrumar as hipóteses e objetivos elencados no ponto anterior. Este exercício, se bem que provisório, pois é de esperar que esta estrutura sofra alterações consoante a evolução da investigação e as contingências que eventualmente surjam, cumpre uma função prática. A estruturação das hipóteses e objetivos numa ordem lógica e hierárquica ajuda ao planeamento do trabalho nas etapas posteriores, tanto no tratamento da bibliografia como na pesquisa em arquivo.

Introdução

1. Estado da arte e metodologia

Parte I

2. Doações, confirmações e graça régia – alienação ou integração?

3. Os senhores – identificação e caracterização

Parte II

4. Enquadramento espacial e temporal

5. Estruturas, relações de poder e economia senhorial

Considerações finais

Anexos

Fontes e bibliografia

FONTES E METODOLOGIA – O *COMO* DESTE PROJETO

Tal como a definição das hipóteses e objetivos deste projeto, bem como o plano provisório da tese, a delimitação do *corpus* documental que serve de base à minha investigação é feita tendo em conta a complexidade da temática que irei trabalhar. Colocar a abordagem do problema a partir de vários prismas implica a consulta de vários fundos arquivísticos e tipologias documentais que permitam preencher os vários campos do inquérito. Porém, qualquer esforço inicial de delimitação tem que reconhecer desde a sua génese as contingências e obstáculos a que a investigação se encontra sujeita, admitindo a eventualidade de que essa lista possa sofrer alterações e force a adoção de estratégias que suprimam as lacunas que possam surgir.

O ponto de partida para o trabalho empírico será feito nos fundos régios, que na sua maioria se encontram instalados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou já publicados, como as *Chancelarias Régias*, o *Corpo Cronológico* ou a *Leitura Nova*. Estes fundos reúnem documentação produzida no âmbito das funções governativas da monarquia, tanto da administração e aplicação da justiça, como na outorga de bens, direitos e privilégios. Por essa razão, estes fundos constituem o arranque do registo das doações de jurisdições, direitos, e, mais tarde, de títulos nobiliárquicos, feitos pelos vários reis da dinastia de Avis – diplomas que permitem distribuir no tempo a sua emissão e mapear os locais a que o seu conteúdo se reporta, dando, portanto, informações sobre os eventuais ritmos das outorgas e confirmações e possibilitando a cartografia da sua distribuição espacial, bem como estabelecer a distinção entre os tipos de doações feitas consoante o destinatário e o significado que isto poderia ter na política régia. Se bem que não constitua um fundo por si, a cronística régia de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, fornece também um conjunto de dados

relativos à ligação entre a monarquia e o espaço em estudo e a participação dos futuros recetores da graça régia nas conjunturas políticas do reino, as quais não devem ser secundarizadas.

Os dados recolhidos nesta primeira fase serão compilados numa base de dados desenhada em Microsoft Office Access, com uma estrutura bastante simples e organizada em torno de campos que pretendem responder a perguntas fundamentais: quando foram emitidos os diplomas? A quem se destinavam? Qual o seu conteúdo? E, quando for caso, onde se localizava o seu objeto? O elenco resultante desta compilação irá orientar a etapa seguinte.

A segunda fase da investigação é aquela que à partida se apresenta como a mais difícil, tanto pela dispersão da documentação, distribuída entre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e arquivos locais como os Arquivos Distritais de Évora e de Beja, o Arquivo da Sé de Évora ou a Biblioteca Pública de Évora, como pelos obstáculos que a consulta de arquivos de família irá constituir. Se em alguns casos estes fundos chegaram até à atualidade, como se verifica com o fundo dos *Condes das Alcáçovas*, alojado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou do Arquivo da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, em muitas ocasiões a sua reconstituição terá que ser feita indiretamente.

De qualquer maneira, muitos destes arquivos deverão ser parcialmente reconstituídos a partir da documentação régia. Mais que as doações e confirmações de carácter senhorial e patrimonial, as fontes iluminarão uma série de questões relativas ao percurso dessas linhagens, tais como a nomeação para cargos no serviço régio ou na governação local, a definição das suas estratégias matrimoniais e a constituição e integração em redes de dependências ou ainda os meios de gestão do património. Neste exercício, os testamentos constituem uma das tipologias documentais mais valiosas, sendo o *Tombo das Capelas da Cidade de Évora*, integrante do *Núcleo Antigo* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um exemplo paradigmático disso mesmo. O *Tombo* possui um conjunto de testamentos que fornecem informação sobre a fundação de capelas nas instituições religiosas de Évora e seus arredores, por vezes associadas à instituição de morgadios e vinculação de bens, devidamente enumerados, e, claro, sobre os grupos familiares do testador. Mais uma vez, a identificação de outras fontes do mesmo género e com esse grau de detalhe apenas será conseguida com o trabalho sistemático nos arquivos. Porém, outras tipologias devem ser equacionadas; para além dos documentos da chancelaria, o trabalho em fundos como as *Gavetas da Torre do Tombo* que, no que respeita ao século XV, reúnem maioritariamente documentação diplomática, pode dar indicações sobre a participação destes senhores nos jogos de política externa

Quanto às ordens militares, é sabido que o século XV correspondeu a uma fase de crescente integração destas na esfera de influência direta da coroa. Neste sentido, o tratamento da documentação procurará compreender em que medida as doações feitas pelos monarcas de Avis consistiram numa das vias através das quais essa integração se processou. Comparativamente aos grupos nobiliárquicos, e apesar da menor quantidade de documentação medieval relativamente a épocas posteriores, os fundos das ordens fazem hoje parte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, virtude de reorganizações recentes, encontram-se classificados de acordo com lógicas homogéneas que tornam a pesquisa operacional. A *Ordem de Avis*, a *Ordem de Santiago* e a *Ordem de Cristo* formam núcleos autónomos, divididos em secções consoante o teor dos instrumentos que as compõem. Assim, através dos contratos de arrendamento ou de compra e venda, das visitas realizadas ou das sentenças judiciais exaradas, dos cargos nomeados e dos inventários de propriedade elaborados, é possível analisar os moldes em que se processou a gestão, evolução e características dos domínios senhoriais das ordens e avaliar os graus de poder sobre o espaço e a sua população, articulando estes tópicos estruturais com a participação nas vicissitudes do reino.

Senhorios que partilharam o espaço com outras instituições, civis e religiosas, nomeadamente os concelhos, a diocese de Évora e uma rede de casas monásticas urbanas. Neste âmbito, o estudo do processo de senhorialização implica a análise das

reações ao mesmo, sejam estas de conflito ou cooperação. No primeiro caso, as queixas apresentadas ao rei nas assembleias de cortes, em especial pelos concelhos, representam um discurso que, apesar de formulado por elites, esboçam um panorama dessa oposição. Ainda que alguma dessa documentação já esteja publicada, grosso modo os capítulos apresentados e as respostas que tiveram do monarca podem ser encontrados no fundo de *Aclamações e cortes* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Para compreender o discurso dessas elites, será fundamental ter em conta os interesses das mesmas. Por essa razão, poderá ser necessário conduzir algumas incursões cirúrgicas nos arquivos locais para esclarecer as motivações destes conflitos e perceber as bases da argumentação das elites. Por exemplo, a consulta dos contratos celebrados pelo concelho de Évora, contidos no fundo do *Arquivo Histórico Municipal* do Arquivo Distrital de Évora, esta dá ao mesmo uma imagem do património concelhio como dos envolvidos na sua gestão, conhecimento que se pode revelar fundamental para a crítica do conteúdo dos artigos de cortes. Por outro lado, o registo das confrontações destas propriedades detidas pelas instituições locais e regionais pode revelar as áreas de contacto ou sobreposição de domínios, outra das causas possíveis para a tensão.

Mas o conflito não seria a única marca das relações entre poderes. O caso dos duques de Beja, fundadores do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja é revelador de outro tipo de relações, em que o grupo nobiliárquico intervém e participa do funcionamento de uma instituição local. O mesmo aconteceria com as ordens militares. No entanto, a cooperação nem sempre deixou vestígios tão vincados como a oposição, aspeto que exige um levantamento sistemático nos fundos locais, seja no Arquivo da Sé de Évora, seja nos Arquivos Distritais de Évora e Beja, seja na Biblioteca Pública de Évora, para que se descortinem indícios, mesmo que indiretos, da passagem direta desses senhores pelas instituições ou, então, pela presença de apaniguados seus. Finalmente, para além dos arquivos propriamente ditos, importa consultar algumas compilações documentais que contenham diplomas de interesse para a minha investigação. É o caso das *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, coligida por António Caetano de Sousa na passagem do século XVII para o XVIII, ou, mais recentes, os *Monumenta Henricina* e os *Descobrimentos Portugueses – documentos para a sua história*.